

PROJETO - SPUK

REUNIÃO: 10/06/14

Local: Palácio Bandeirantes - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional

Hora: 10:00 – 12:30 horas

Participantes: Silvio Aquino e Marcia Sumire (Embaixada Britânica), Mark Willcock (GovRisk), Roberto Agune, Sergio Bolliger e Alvaro Gregorio (Assessoria de Inovação da Secretaria de Planejamento), Sulimara Takahashi (Assessoria Especial de Assuntos Internacionais), Vivaldo Conti (Seade), Raphael Soré (CGA);

Assuntos tratados:

- Apresentação dos participantes;
- Silvio e Marcia informaram que este projeto faz parte da “agenda econômica” e que estarão acompanhando todo o desenvolvimento do projeto. Destacaram a importância da elaboração do Plano de Trabalho do projeto e que qualquer alteração do cronograma de desembolso previsto para o anos I deve ser encaminhada até julho próximo. Face ao encerramento do ano fiscal em março, deveremos evitar a previsão de desembolso nesse mês, época reservada a prestação de contas.
- Agune justificou a ausência de representantes do W3C (Vagner e Caroline) bem como da Fundap (Bruno) e Corregedoria (Sandra) devido a compromissos externos anteriormente assumidos. Informou também que a agencia implementadora dos outputs 1, 2 e 3 será a W3C Brasil e que a entidade jurídica desta instituição, que formalizará o contrato com FCO será a Nic.Br – Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, que é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que desde dezembro de 2005 implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil, conforme explicitado no comunicado ao público e no seu estatuto, que podem ser vistos em [www.nic.br](http://www.nic.br);
- Agune destacou que já foi feita reunião com a direção do Nic.br, a qual manifestou seu interesse em assumir o papel de agencia implementadora do projeto, mas destacou que as suas atribuições no projeto deverão estar circunscritas à missão e objetivos da instituição. Destacou também a necessidade de que é imprescindível que suas atribuições no projeto estejam devidamente explicitadas, bem como o uso dos recursos a serem alocados. Para tanto foi sugerido que faça parte do contrato a ser formalizado com a FCO o Plano de Trabalho e o respectivo orçamento, sendo que este último, diferente do originalmente previsto no projeto aprovado, deverá receber as adequações necessárias para a discriminação das atividades sob responsabilidade da W3C, cuja natureza são compatíveis com a missão e objetivos da instituição. Silvio e Marcia destacaram que o contrato deve ser assinado com base no projeto aprovado, mas que vão verificar como incluir o Plano de Trabalho e o novo orçamento. Agune destaca que esta condição – inclusão do Plano de Trabalho e orçamento revisado - é fundamental para que o contrato possa ser formalizado com a W3C/Nic.br.
- Agune apresentou a proposta de formalização institucional de um Comitê Gestor do Projeto por meio de Resolução dos Secretários da Casa Civil e de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Este Comitê deverá ser formado por representantes dos órgãos, parceiros envolvidos e agências implementadoras, bem como da Embaixada Britânica, e terá como objetivo a coordenação geral das ações de implementação do projeto. Em anexo minuta da resolução. Foi destacada ainda a utilização de

ferramenta virtual - Yammer - para facilitar e organizar o relacionamento, a troca de informações e repositório de toda documentação produzida . Todos os participantes do projeto serão convidados a se cadastrarem nessa ferramenta.

- Agune apresentou o esquema básico para desenvolvimento do projeto relativo aos outputs 1,2 e 3, as diretrizes gerais das alterações propostas, o conteúdo básico dos outputs (temas, atividades e produtos,) os órgãos envolvidos e seus papéis e atribuições no projeto, o encadeamento lógico dos produtos (base para elaboração do cronograma) e a proposta de redistribuição dos recursos, de acordo com as alterações propostas. Vide apresentação em anexo.
- Agune destacou que foram mantidos todos os produtos previstos no projeto, bem como a distribuição global e anual dos recursos. O objetivo foi demonstrar como o Governo do Estado pretende desenvolver o projeto de forma muito pragmática e objetiva. Foi demonstrado ainda como deverão ser aplicados os recursos do Prosperity Fund, com foco no mapeamento do conhecimento e expertise do Reino Unido e melhores práticas nos temas objeto do projeto e como este conhecimento poderá ser utilizado na implementação dos produtos (produção de guidelines para cada tema). Todos os trabalhos de mapeamento e produção dos guidelines serão desenvolvidos com recursos desse fundo e sob a responsabilidade implementadora da W3C, com exceção do mapeamento e guidelines relativos ao tema da linguagem cidadã que, pela natureza, ficará de responsabilidade da Fundação SEADE, custeada por meio de contrapartida do Governo do Estado. No que diz respeito ao restante das atividades contidas nos Outputs 1,2 e3, concernentes à capacitação dos servidores e à implementação dos produtos previstos, serão todas realizadas utilizando recursos de contrapartida do Governo do Estado.
- Agune apresentou e foram também discutidas em mais detalhes as atividades de mapeamento, produção dos guidelines e apoio na apropriação do conhecimento. Este mapeamento deverá ser feito por meio de consultores privados a serem contratados pela agência implementadora, de preferencia consultores brasileiros. A indicação do Consultor deverá ser feita pela agencia implementadora para aprovação do Comitê Gestor do Projeto, a quem caberá também a definição prévia das condições de contratação (valor de consultoria, condições contratuais, prazos etc..). Foi destacada a necessidade de participação de representantes do governo do Reino Unido que possam orientar e auxiliar os consultores no levantamento do conhecimento, expertise e melhores práticas das entidades britânicas envolvidas nos temas (data.gov, Open Data Institute) e também a participação destes no workshop a ser realizado em São Paulo para apresentação deste mapeamento e discussão da elaboração dos guidelines. Foi sugerido que os custos desta participação presencial de técnicos do Reino Unido (passagem e estadia) ficassem a cargo do Reino Unido como contrapartida do projeto. Silvio e Marcia vão verificar esta possibilidade, que será explicitada no Plano de Trabalho.
- Foi discutida também a previsão de desenvolvimento do protótipo previsto no projeto em uma das áreas apontadas Educação, Saúde e Transporte. Agune destacou que o desenvolvimento de protótipo deverá ser feito em pelo menos duas áreas: Educação e Transporte, e nesta focando mobilidade urbana. Já estão sendo feitas as devidas articulações com os órgãos responsáveis para desenvolvimento destes protótipos.

- Raphael e Mark apresentaram como deverá ser desenvolvido o output 4, que tem foco na capacitação dos corregedores para implementação efetiva da lei de combate à corrupção recentemente aprovada no Brasil e regulamentada no Estado de São Paulo. Destacou-se a importância do planejamento para a devida estruturação da visita técnica e capacitação dos corregedores no Reino Unido. Raphael sugere que esta visita seja feita ainda em 2014. Os corregedores deverão, junto com a GovRisk, produzir o devido mapeamento do conhecimento e expertise do Reino Unido no tema e registro de recomendações (guideline) para orientar a implementação das ações futuras de combate a corrupção. Este material deverá também ser utilizado na promoção da capacitação a ser feita em São Paulo para os servidores e órgãos envolvidos no processo. Foi sugerida que essa capacitação seja realizada na Fundap (Escola de Governo do Estado) e utilizando o futuro Laboratório de Inovação em Governo que está sendo montado. Todo o material utilizado neste processo de capacitação deverá ser utilizado para futuro curso de capacitação de servidores dos órgãos da administração pública estadual para a devida disseminação do conhecimento e das diretrizes estabelecidas. Este curso deverá ser desenvolvido pela Fundap com recursos do governo do Estado.
- Destacou-se a necessidade de elaboração do Plano de Trabalho detalhado de cada uma das atividades e produtos previstos nos cinco outputs, bem como o devido ajuste do orçamento inicial e a elaboração do cronograma de desembolso até **o final de junho** para possibilitar a devida formalização destes documentos Junto ao Prosperity Fund no decorrer de julho.
- Agune destacou que deverá ser implementada ferramenta virtual para a apropriação de custo de todo o projeto, pois teremos parcela significativa de contrapartida dos órgãos envolvidos.
- Foi discutida a necessidade de definição de responsável pela coordenação das atividades de comunicação do projeto. A Assessoria Especial de Assuntos Internacionais da Casa Civil deverá assumir esta atribuição e trabalhar de forma integrada com as áreas de comunicação dos parceiros envolvidos.